

Despacho SEAMS:

☒ Homologo nos termos propostos.

☐ Não homologo

Observações: _____

Data: _____

Fernando Leal da Costa
Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

PARECER

Face às conclusões decorrentes da análise, propõe-se que o presente parecer seja submetido, para homologação, ao Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, atribuindo em **2014** a menção de **Desempenho Bom** ao **Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências**, com base nos resultados evidenciados no seu conteúdo.

À consideração superior,

R. 2015/30
Núcleo de Planeamento
Estratégico e Avaliação
Direção-Geral da Saúde

DESPACHO

1. Concordo com o presente parecer.
2. À consideração do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

31/07/2015
Graça Freitas
Subdirectora-Geral da Saúde

PARECER TÉCNICO: SIADAP 1

Análise Crítica da Autoavaliação de 2014 do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, emitida pela Direção-Geral da Saúde - Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação (de acordo com Despacho do Ministro da Saúde nº 5/2012 de 22 de Março).

1. ENQUADRAMENTO

De acordo com o n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que aprovou o Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública (SIADAP 1), compete ao serviço com atribuições em matéria de planeamento, estratégia e avaliação assegurar a coerência, coordenação e acompanhamento do ciclo de gestão dos serviços com os objetivos globais do ministério e sua articulação com o SIADAP.

Conforme estipula o Despacho do Ministro da Saúde (Despacho nº5/2012, de 22 de março), compete à Direção-Geral da Saúde (DGS), no âmbito dos serviços e organismos do Ministério da

Saúde (MS), a emissão de parecer com análise crítica da autoavaliação, constante do relatório de atividades (RA), elaborado por cada um dos serviços e organismos do MS. De acordo com o referido Despacho, tal processo ocorre enquanto instituição integradora do *apoio, coordenação e acompanhamento do SIADAP 1*, assim como *no domínio da coordenação do planeamento estratégico, da monitorização e avaliação das políticas, prioridades e objetivos do MS*.

Deve referir ainda que, nos termos do n.º 2 do Despacho, continuam a ser atribuídas competências à Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS), pela aplicação do SIADAP1 aos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde, aos quais seja aplicável a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (nomeadamente os hospitais integrados no sector público administrativo), sem prejuízo da coordenação global da DGS.

Em 2014, a DGS acompanhou o processo de elaboração dos Planos de Atividades (PA) e Quadros de Avaliação e Responsabilização (QUAR), assim como eventuais revisões do QUAR dos 14 serviços do MS, designadamente:

- ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
- ARS Alentejo - Administração Regional de Saúde Alentejo, I.P.
- ARS Algarve - Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P.
- ARS Centro - Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.
- ARS LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.
- ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.
- DGS - Direção-Geral da Saúde
- IGAS - Inspeção Geral das Atividades em Saúde
- INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.
- INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P.
- INSA - Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P.
- IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P.
- SGMS - Secretaria-Geral do Ministério da Saúde
- SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Atendendo ao ano atípico do ciclo de gestão do SIADAP 1 de 2014, houve a necessidade de adequar os prazos relativamente à tramitação procedimental. Assim, e tendo em consideração a homologação tardia do QUAR dos serviços do MS (segundo semestre de 2014), e consequente desfasamento temporal com a fase de monitorização semestral, foi sugerido pela DGS a realização de uma monitorização intermédia de cariz exclusivamente interna, para análise de resultados provisórios e perspectivas até ao final do ano. Desse modo, foram antecipados desvios

e tomadas medidas corretivas em tempo útil, tendo os serviços do MS recorrido, quando necessário, a uma proposta de revisão de objetivos/indicadores.

O presente parecer consubstancia a análise crítica do Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação (NPEA) - DGS - sobre os resultados finais do QUAR e na autoavaliação do serviço, sustentada no seu próprio RA, como também em informação complementar, a qual tem caráter obrigatório.

Assim, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 17.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterado pela Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, vem o NPEA-DGS dar conhecimento da análise crítica da autoavaliação **Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências** (SICAD), referente ao ano de 2014.

Adicionalmente, segundo comunicado do Secretário de Estado da Administração Pública (na sequência do procedimento escrito, iniciado a 29 de abril de 2011 e finalizado a 6 de maio de 2011, e posteriormente aprovado pelo Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços [CCAS]), a taxa máxima de realização dos objetivos e indicadores de desempenho é fixada em 135%, com aplicação na avaliação de desempenho dos serviços a partir do ano de 2011, inclusive.

De referir que a avaliação final do desempenho dos serviços é expressa qualitativamente, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterado pela Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, segundo a menção de *Desempenho Bom*, se o serviço ou organismo atingiu todos os objetivos e superou alguns; *Desempenho Satisfatório*, se o serviço ou organismo atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes; *Desempenho Insuficiente*, se o serviço ou organismo não atingiu os objetivos mais relevantes.

Para esse efeito, e uma vez que a lei é omissa na determinação de quais são os objetivos relevantes, o CCAS considera os objetivos mais relevantes, aqueles que somando os pesos por ordem decrescente de contribuição para a avaliação final, perfaçam uma percentagem superior a 50%, resultante do apuramento de, pelo menos, metade dos objetivos, independentemente da sua natureza/parâmetro (eficácia, eficiência ou qualidade).

2. PARECER COM ANÁLISE CRÍTICA DA AUTOAVALIAÇÃO

Com base nos resultados do QUAR e na informação adicional constante da autoavaliação que integra o RA de 2014, e considerando os critérios constantes do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterado pela Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro de 2012, ao serviço – **SICAD** – sugere-se a atribuição da avaliação de **Desempenho Bom**, concordante com a menção proposta pelo dirigente máximo do Serviço, em sede de autoavaliação do mesmo (Tabela 1).

O parecer do NPEA-DGS foi elaborado com base na fundamentação constante dos capítulos que se seguem.

Tabela 1 – Resumo de Informação

Resumo de Informação	
Ministério	Ministério da Saúde
Entidade Avaliadora	Direção-Geral da Saúde - Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação
Entidade Avaliada	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
Natureza	Serviço Central do Ministério da Saúde, integrado na administração direta do Estado e dotado de autonomia administrativa.
Tutela	Ministro da Saúde
Missão	Promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências.
Ano em Avaliação	2014
Menção Proposta pelo Dirigente máximo na Autoavaliação	Desempenho Bom
Parecer do NPEA-DGS sobre a Proposta de Menção	O NPEA concorda com a menção de Desempenho Bom , proposta pelo Dirigente máximo do Serviço.

2.1. Avaliação Global do Grau de Cumprimento dos Objetivos e do Grau de Utilização dos Meios Disponíveis

Na tabela 2 encontra-se a síntese da análise crítica de 2014 ao SICAD, com a identificação das causas para o desempenho atingido.

Tabela 2 – Síntese da Análise Crítica de 2014

Síntese da Análise Crítica: Fundamentação/Constatações	
1) Resultados alcançados e justificação de desvios significativos (n.º 1 do art. 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro)	Dos 13 objetivos operacionais (OOp), dos quais 7 são relevantes, o SICAD superou cinco (OOOp2, 4, 7, 12 e 13) e atingiu os restantes. Os desvios positivos verificados situam-se entre os 18% e os 35% e a taxa de realização global atingida foi de 112%. A execução dos recursos humanos, face aos pontos planeados atingiu os 95%, registando um desvio negativo de menos 5%. O número de efetivos em exercício de funções, a 31/12/2014, era de 171 profissionais, com menos 10 efetivos do que à mesma data do ano 2013. Quanto à execução financeira, regista-se um resultado de 76% e um desvio de menos -24%, devidamente justificado no RA.
2) Revisão de objetivos, indicadores ou metas	Não aplicável.
3) Verificação da Informação que deve acompanhar a autoavaliação do serviço (n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro):	
a) Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados	A apreciação foi efetuada, através da aplicação de 68 questionários, pela Linha Vida SOS Droga, para apurarem sobre a perceção da qualidade do serviço, por parte de quem contacta a Linha. A análise efetuada pelo SICAD permitiu aferir que 53% dos inquiridos estabeleceu o contacto com este serviço pela primeira vez enquanto 47% já tinham ligado anteriormente. O SICAD conclui que este serviço de atendimento telefónico Linha Vida SOS Droga é avaliado pelos utentes como um serviço imprescindível e útil, pelo seu fácil acesso, gratuidade e qualidade do atendimento prestado; ao nível de conhecimento que o utente tem do serviço de atendimento telefónico Linha Vida SOS Droga o SICAD realça a necessidade de continuar a divulgação específica junto dos técnicos que trabalham nas unidades de

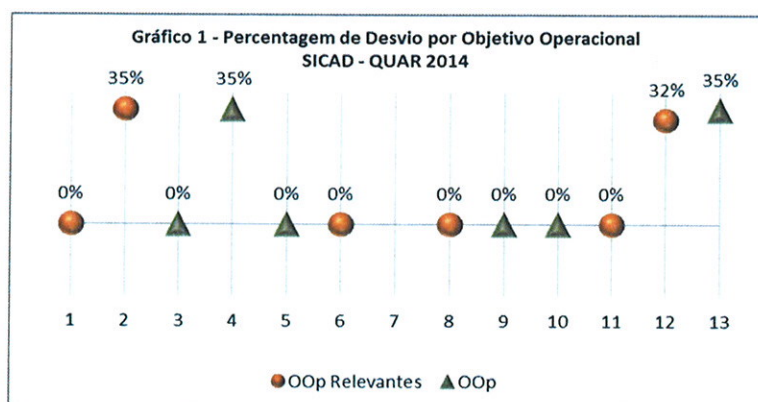
Síntese da Análise Crítica: Fundamentação/Constatações

	<p>intervenção local das ARS, IP; Finalmente a divulgação nos órgãos de comunicação social e em sites, redes sociais, e outras plataformas web, é, na perspetiva do SICAD, muito importante.</p> <p>Durante 2014 foram ainda aplicados questionários <i>online</i> de satisfação da página eletrónica do novo site SICAD e do Diretório do Álcool, tendo sido apurado os seguintes resultados: a) 60% dos utilizadores consideram a página do site do SICAD como "Muito Boa", 8,6% como "Boa", 20% como "Mediana", 5,7% como sendo "Má e Muito Má"; b) 42,5% dos utilizadores, que responderem que o site tem informação muito útil, 20,0% como "Útil e Suficientemente Útil", 12,5% como "Pouco útil" e 5,0% classificaram como "Muito Pouco Útil"; c) 88,6% dos utilizadores, que responderam ao questionário de satisfação sobre ao Diretório do Álcool, ficaram com uma impressão positiva sobre o mesmo, sendo que 60% a referiram como Muito Boa. Também à resposta sobre a utilidade da informação disponibilizada, 82,5% dos utilizadores que responderam ao questionário consideraram-no útil, registando-se aqui uma quebra de 11,8% relativamente ao ano anterior (2013) onde se verificou uma percentagem de 94,3%.</p>
b) Avaliação do sistema de controlo interno (SCI)	<p>O SICAD apresenta o modelo de questionário "Anexo A", do documento "Avaliação dos Serviços - Linhas de Orientação Gerais" (GT CCAS, Documento Técnico nº 1/2010), totalmente preenchido com respostas na afirmativa e fundamentadas. A exceção refere-se às questões consideradas como "Não aplicável" (questão 1.1. e 1.3.) e questões com respostas negativas (questões 3.4, 3.6 e 4.2). O SICAD apenas apresenta justificação para as respostas das questões 1.3 e 4.2.</p> <p>O NPEA-DGS não dispõe de condições e mecanismos de aferição da suficiência, nem das condições de funcionamento do SCI.</p>
c) Referência às causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes	Não aplicável.
d) Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho, evidenciando as condicionantes que afetaram os resultados a atingir	<p>No âmbito de medidas a adotar para o reforço positivo do desempenho do seu serviço, o SICAD remete para o seu plano estratégico 2013-2015, entretanto ajustado para o horizonte 2016, considerando o diagnóstico estratégico então produzido e a identificação de prioridades. O SICAD refere que deu continuidade à utilização do Modelo de monitorização do Plano Estratégico e dos Planos de Atividades para os respetivos anos, o que facilitou a avaliação regular e sistemática do grau de execução dos planos, identificando atempadamente desvios passíveis de correção.</p> <p>Destaque para a manutenção do investimento em matéria de formação, como forma de melhoria continua e de especialização dos profissionais e dos serviços prestados, também no âmbito das novas atribuições do serviço.</p> <p>Destaque para o capítulo da avaliação prospetiva onde são elencadas uma série de ações a desenvolver em 2015.</p>
e) Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação	Não apresenta.
f) Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação do serviço	<p>Em 2014 o SICAD ao invés de aplicar um novo questionário, optou por refletir com os colaboradores sobre os resultados alcançados com a aplicação do questionário no final do ano de 2013 e perceber os aspetos mais e menos positivos, que resultaram da análise produzida, optando, assim por uma análise qualitativa.</p> <p>Esta iniciativa complementar à disseminação dos resultados do questionário por todos os colaboradores, segundo o SICAD, constituiu uma melhoria dos mecanismos de autoavaliação do serviço, no âmbito do SIADAP 1, enquanto</p>

Síntese da Análise Crítica: Fundamentação/Constatações	
	elementos adicionais ao QUAR. Conclui que os profissionais participaram com entusiasmo na reflexão tendo dado vários contributos e sugestões de melhoria, alguns adotados.
4) Comparação das unidades homogêneas (art. 16º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro)	Não aplicável.
5) Coerência com os documentos legalmente previstos	Em falta informação sobre publicidade institucional, prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de Junho e na Portaria 1297/2010, de 21 de dezembro.
6) Estrutura do relatório (alínea e) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 8º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro; Orientações Técnicas do CCAS e o n.º 10 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho e a Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro	O RA apresentado está maioritariamente de acordo com as orientações e normativos, com a exceção da comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação (alínea e), do n.º 2, do artº 15º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro).
7) Cumprimento da data limite de entrega do relatório de atividades: 15 de abril 2014 (alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º, do artigo 15.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 31.º, todos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro)	Data de receção dos documentos, em suporte digital, no NPEA-DGS: - 15 de Abril de 2015.

2.1.1. Cumprimento dos Objetivos Operacionais

O gráfico 1 refere a aferição do cumprimento dos OOp do QUAR 2014 do SICAD, com destaque para os objetivos relevantes apresentados a laranja (●). Da sua leitura são observados os desvios em relação ao cumprimento da meta (igual a uma taxa de realização de 100%), sendo o valor 0% equivalente a ter atingido o objetivo (nulidade de desvio).

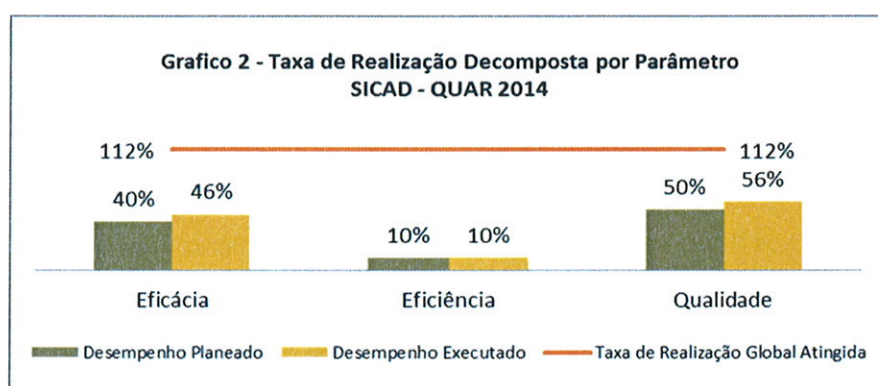


2.1.2. Taxa de Realização Global: Eficácia, Eficiência e Qualidade

No gráfico 2 está representada a taxa de realização global atingida, que resulta do somatório do desempenho executado por parâmetro de avaliação. É também referido o desempenho planeado.

O SICAD apresentou uma **taxa de realização global atingida de 112%** (ajustada ao limite máximo de 135%) que resulta do cálculo de uma taxa de realização ajustada em função das ponderações de cada parâmetro do QUAR 2014.

As ponderações atribuídas a cada parâmetro foram definidas pelo SICAD aquando da elaboração do PA e QUAR de 2013 (eficácia 40%, eficiência 10%, qualidade 50%).



2.1.3. Resultados da Utilização de Recursos Humanos e da Execução de Recursos Financeiros

2.1.3.1. Recursos Humanos

Na tabela 3 é quantificada a utilização dos Recursos Humanos em 2014 do SICAD face aos pontos planeados e aos realizados, e respetivo desvio.

Tabela 3 – Recursos Humanos Planeados e Realizados em 2014

Recursos Humanos	Pontos Planeados	Pontos Realizados	Desvio	Desvio %
Total	2.133	2.039	-98	-5%

2.1.3.2. Recursos Financeiros

Na tabela 4 é descrita a execução dos Recursos Financeiros em 2014 do SICAD face ao orçamento planeado e ao executado, com respetivo desvio.

Tabela 4 – Recursos Financeiros Planeados e Executados em 2014

Recursos Financeiros	Planeado	Executado	Desvio	Desvio %
Orçamento funcionamento	10.211.741,00 €	7.268.585,00 €	-2.943.156,00 €	-29%
Despesas com Pessoal	5.642.753,00 €	5.336.397,00 €	-306.356,00 €	-5%
Aquisição de Bens e Serviços	4.385.463,00 €	1.796.333,00 €	-2.589.130,00 €	-59%
Outras Despesas Correntes	183.525,00 €	135.855,00 €	-47.670,00 €	-26%
Transferências Correntes - Projetos	6.337.500,00 €	5.278.084 €	-1.059.416,00 €	-17%
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	16.549.241,00 €	12.546.669,00 €	-4.002.572,00 €	-24%

2.2. Comentários Face à Avaliação Global do Serviço

Através dos gráficos 1 e 2 é possível verificar que o SICAD apresenta uma taxa de realização global de 112%, resultado que confirma a superação de quatro dos seus OOp (dois dos quais OOp relevantes) e uma realização de 100% nos restantes oito. Comparativamente com 2013 o SICAD apresenta, em 2014, um resultado superior.

A execução dos recursos humanos, face aos pontos planeados atingiu os 95%.

No tocante à execução financeira, o desvio de -24%, de acordo com o SICAD, deve-se fundamentalmente a dois fatores: a) na rubrica de aquisições de bens e serviços à existência de atrasos nas respostas aos pedidos de autorização efetuados ao Ministério das Finanças, impedindo a execução de várias aquisições; b) na rubrica relativa a “Transferências correntes – Projetos” à existência de alguns constrangimentos relativos à tramitação e articulação que envolvem várias Entidades exteriores ao SICAD, nomeadamente as DICAD das ARS, I.P., e aos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como a autorização de portaria de extensão de encargos.

Em 2014 destaque para a reformulação e adaptação do Plano Estratégico do SICAD 2013-2015, na sequência de orientações da Tutela, que implicou prolongar o planeamento até 2016 e rever e ajustar dimensões tendo em vista o alinhamento com o Plano Nacional de Saúde, enquadrando a ação do SICAD num ciclo de quatro anos, com grandes linhas de ação traduzidas em temas estratégicos: (1) desenvolver o conhecimento; (2) potenciar a comunicação; (3) alinhamento com o Plano Nacional de Saúde; (4) fomentar a interação e a intervenção.

O RA evidencia também o trabalho desenvolvido pelo SICAD no sentido de se tornar um “serviço útil e de referência”, reforçando o seu papel técnico e normativo, bem como de produção de informação e conhecimento, apesar do quadro de grandes constrangimentos orçamentais.

O SICAD refere ainda que a conjuntura macro ambiental, que caracterizou o ano de 2014, que manteve o quadro de desfavorecimento e vulnerabilidades económico-sociais dos indivíduos e das famílias, aumentando o risco de comportamentos aditivos e dependências por parte da

população em geral e dos jovens em particular. Este contexto de turbulência e indefinição exigiu da parte do SICAD um elevado envolvimento e capacidade de realização dos seus profissionais, que se traduz na concretização dos objetivos definidos para 2014.

Como referido anteriormente, a proposta do NPEA-DGS para menção qualitativa em 2014 do SICAD, é de **Desempenho Bom**, em concordância com o expressado pelo dirigente máximo deste Serviço.

Sugerem-se algumas correções no atual RA do SICAD (2014), designadamente:

- Pág. 18 e 19: corrigir a taxa de execução global do serviço de 109% para 112%;
- Pág. 20: corrigir a taxa de realização do OOp4 de 100% para 135%;
- Pág. 34: corrigir no quadro dos "Recursos Humanos 2014" o valor final da coluna "Desvio em %" de -70% para -5%.

Sugere-se, ainda, que nos próximos RA seja tida em consideração:

- Estabelecer plano de comparação de desempenho, com serviços que possam constituir padrão para este efeito (alínea e), do n.º 2, do art.º, 15.º, da Lei 66-B/2007), conforme sugerido no ano transato na análise crítica da autoavaliação de 2012 e 2013;
- Incluir a informação sobre publicidade institucional, prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de Junho e na Portaria 1297/2010, de 21 de dezembro, conforme já mencionado no ano transato;
- Justificar as respostas apresentadas no questionário aplicado no capítulo relativo ao "Sistema de Controlo Interno", em especial as que foram respondidas negativamente ou como "não aplicável".

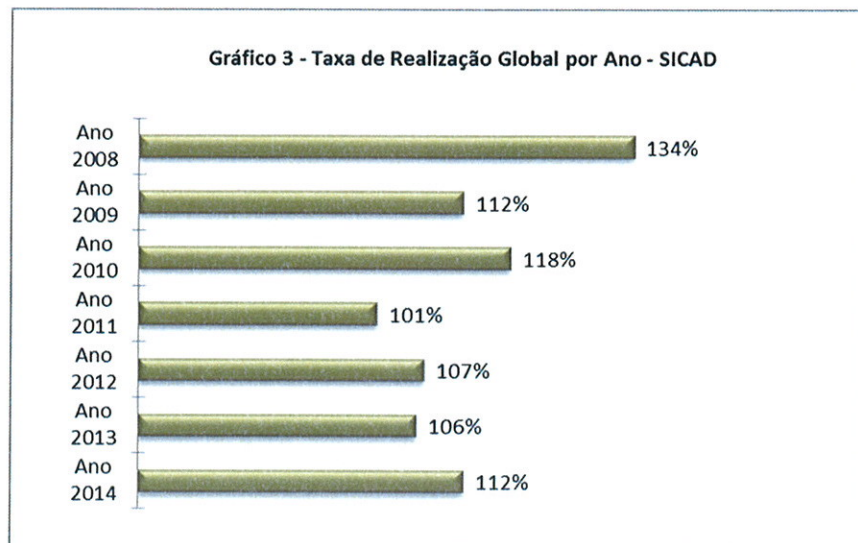
3. HISTÓRICO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Tendo em consideração que o SICAD surge em sequência da reestruturação levada a cabo pelo MS (Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro), os valores históricos apresentados neste capítulo são referentes ao Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P..

3.1. Histórico da Avaliação Global do Grau de Cumprimento dos Objetivos de QUAR

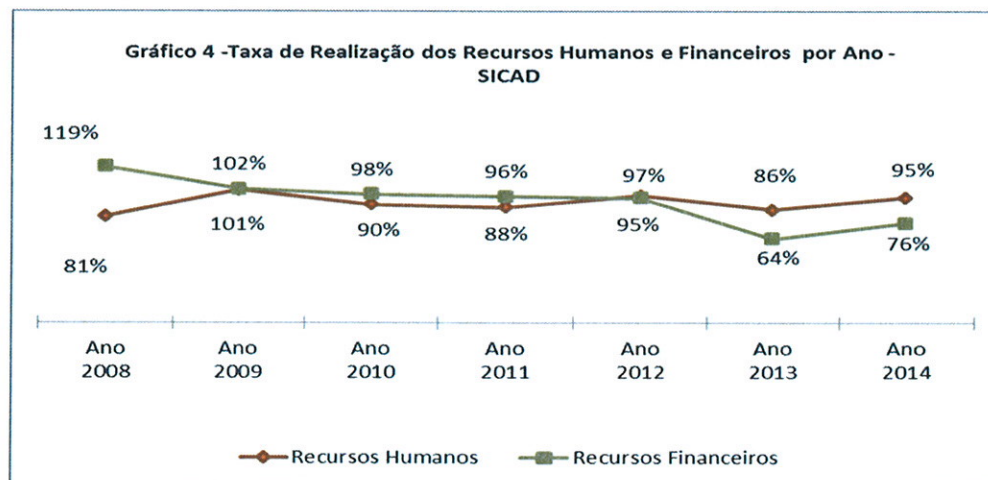
O gráfico 3 permite-nos fazer uma leitura da taxa de realização global atingida, nos anos 2008 a 2014.

Salienta-se que a limitação da taxa de realização máxima em 135% passou a ser aplicável a partir de 2011, inclusive.



3.2. Histórico da Avaliação Global dos Recursos Disponíveis

O gráfico 4, permite-nos uma leitura da evolução das taxas de execução quer dos recursos humanos, quer dos recursos financeiros, para os anos 2008 a 2014.

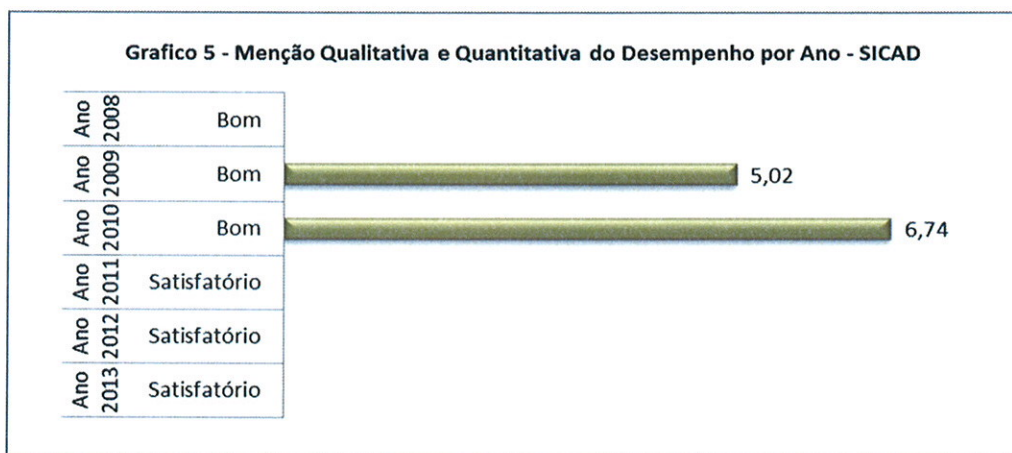


3.3. Histórico da Menção de Desempenho do Serviço

A representação da menção de desempenho do serviço, assinalada no gráfico 5, corresponde à menção qualitativa e quantitativa do desempenho, quando aplicável, para os anos 2008 a 2013, decorrentes da homologação superior.

A ausência de dados relativa à menção quantitativa do ano de 2008 refere-se à impossibilidade de acesso à informação correspondente ao ano de arranque do processo SIADAP 1 e à ausência de orientações neste sentido.

Os valores apresentados no final das barras identificam a pontuação final do grau de excelência do serviço, no ano de 2009 e 2010 (escala de 0 a 10), resultante da aplicação da matriz de excelência, definida pelo CCAS.



4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Este parecer teve por base:

- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro;
- As alterações introduzidas pelas Leis 64-A/2008, de 31 de dezembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- Orientação técnica das autoavaliações dos serviços, elaborada pelo CCAS, nomeadamente na definição dos objetivos relevantes e na expressão qualitativa da avaliação de serviços (desempenho bom, satisfatório e insuficiente);
- Autoavaliação (incluindo a menção de proposta qualitativa do dirigente) e respetivo QUAR de 2014;
- Ofício Circular n.º 13/GDG/08 do Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) de 21 de novembro de 2008;
- Proposta de Modelo do "Parecer com Análise Crítica da Autoavaliação" proposto pelo Grupo de Trabalho do CCAS;
- Documento técnico n.º 1/2010 do Grupo de Trabalho do CCAS - Rede GPEARl (Gabinete de Planeamento Estratégico, Avaliação e Relações Internacionais).

5. FASES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, a avaliação do desempenho dos serviços deve obedecer, em regra, aos seguintes procedimentos:

- I. Envio ao NPEA-DGS, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 31º, até 15 de abril de cada ano, o RA referente ao desempenho do ano anterior, o qual deve incluir a autoavaliação do serviço nos termos previstos no n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

A este procedimento é acrescido o envio ao NPEA-DGS dos resultados da monitorização semestral até 31 julho do corrente ano, assim como solicitações de revisão de QUAR até 30 setembro do corrente ano.

- II. Emissão de parecer, por parte do NPEA-DGS, com análise crítica da autoavaliação e envio ao respetivo membro do Governo.

- III. Após o parecer do NPEA-DGS, a menção (Desempenho bom, satisfatório ou insuficiente) proposta pelo dirigente máximo do serviço, como resultado da autoavaliação, deve ser homologada ou alterada pelo respetivo membro do Governo e comunicada ao serviço com conhecimento NPEA-DGS.

- IV. O NPEA-DGS elabora uma análise comparada de todos os serviços do MS com vista a:

- a) Identificar, anualmente, os serviços que se distinguiram positivamente ao nível do seu desempenho;
- b) Dar conhecimento ao Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado dos serviços com maiores desvios, não justificados, entre objetivos e resultados ou que, por outras razões consideradas pertinentes, devam ser objeto de heteroavaliação.

- V. Divulgação dos resultados da avaliação:

- a) Cada serviço procede à divulgação, na sua página eletrónica, da autoavaliação, com indicação dos respetivos parâmetros. Caso o parecer do NPEA-DGS, com análise crítica da autoavaliação, conclua pela discordância relativamente à valoração efetuada pelo serviço em sede de autoavaliação ou pela falta de fiabilidade do sistema de indicadores de desempenho, deve o mesmo ser obrigatoriamente divulgado juntamente com a autoavaliação;

- VI. Efeitos da avaliação (artigo 26.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro)

Os resultados da avaliação dos serviços devem produzir efeitos sobre:

- As opções de natureza orçamental com impacte no serviço;
- As opções e prioridades do ciclo de gestão seguinte;
- A avaliação realizada ao desempenho dos dirigentes superiores;
- Aplicação de um conjunto de medidas (designadamente a celebração de nova carta de missão), em caso de Desempenho insuficiente;
- Pertinência da existência do serviço no caso de atribuição consecutiva de menções de Desempenho insuficiente.

